

Importante contribuição ao desenvolvimento do Plano Nacional da Habitação foi dada recentemente pela Câmara Brasileira da Construção, que encaminhou ao presidente do BNH extenso memorial sobre o problema. Este documento, por envolver contribuições de sindicatos da construção de sete Estados, vale por uma panorâmica ampla, não limitada pelas diferenças geográficas que costumam afetar as análises em torno do problema habitacional.

Deve-se notar, de início, que os empreiteiros da construção estão plenamente conscientes da força dos agentes que entram a dinamização do Plano; mas não endossam por outro lado, certas reivindicações, que poderiam fazê-lo ruir por completo em pouco tempo, como é o caso da pretensa anulação dos princípios da correção monetária, que estão na própria base da implantação do plano. As experiências efetuadas num passado não muito remoto não permitem que se cogite sequer de qualquer esquema que comprometa a integridade dos recursos canalizados para o setor habitacional; é o que aconteceria inevitavelmente, em prazo curto, se os financiamentos fossem concedidos sem levar em conta o valor efetivo dos recursos que retornam. Está claro entretanto, que mantido o princípio básico, a filosofia geral do Plano, tudo o mais pode ser reexaminado de modo a melhorar o poder de atração das ofertas do BNH, hoje algo empalidecidas pela concorrência movida por outras áreas. Revisão dos critérios de fixação da renda familiar, maior flexibilidade nos esquemas de financiamento, maior adequação das ofertas ao poder aquisitivo das populações interessadas, descentralização dos processos de financiamento através da concessão de uma maior autonomia às delegacias do Banco Nacional da Habitação, são algumas das medidas, convenientemente enfatizadas no memorial da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que poderiam melhorar as perspectivas do setor.

Paralelamente, considere-se que os esforços para diminuir os custos de construção da habitação de interesse social, estão todos eles concentrados sobre o empresariado, sem a devida contrapartida do órgão oficial. Temos insistido no fato de ainda haver grandes folgas no esquema geral de custos das unidades populares, que não estão sendo reduzidas. Essa incumbência, teoricamente assumida pelo BNH, não se materializou, e os organismos criados pelo Banco não chegaram a ganhar a estrutura e os recursos necessários para impulsionar a pesquisa na área de habitação popular.